



A harmonia da argumentação e a tática do espantalho

Em Janeiro deste ano, decorreram as minhas primeiras conversas com os estudantes do Curso de Agregação Pedagógica e Aperfeiçoamento Docente do IMETRO entre os quais reconheci uma senhora sexagenária, amiga de duas colegas minhas dos tempos do liceu, em Benguela

Luís Kandjimbo

Lendo a lista dos formandos, verifiquei que ela era médica. Já não a via, há cerca de quarenta anos. Mas ela fazia ideia do formador que tinha diante de si, porque o via de vez em quando nos noticiários da televisão.

A primeira aula foi introdutória, dedicada às razões que justificam o estudo da argumentação em Angola. Defini a argumentação como actividade linguística, social e racional desenvolvida por uma pessoa que, no contexto da diferença simétrica de opiniões, procura convencer um crítico ou oponente, a respeito da aceitabilidade do seu ponto de vista. Para tal aquele que quer convencer o outro elabora um conjunto de frases, justifica ou refuta as frases declarativas formuladas pelo oponente, de modo a garantir-se a paz na relação entre as duas pessoas e na comunidade em que vivem. O objectivo do estudo da argumentação consiste em avaliar o desempenho dos que têm opiniões diferentes e recorrem ao discurso argumentativo para sanar tal diferença. Por isso, dedica-se uma atenção especial às táticas e manobras usadas no diálogo argumentativo, também chamada discussão crítica. Este é um tipo de discussão que pode comportar quatro fases, regendo-se sempre por princípios e regras, dizia eu. As regras podem ser expressas ou tácitas. Na fase de argumentação, destaca-se o princípio que exige re-

levância e não permite o abandono do tópico em debate, visto que nela se refuta e justifica as opiniões.

Ora, a médica, cujo nome eu ainda confundia com o de uma das minhas colegas do liceu, não faltou a nenhuma das sessões do módulo de Retórica e Argumentação. O seu rosto expressava a felicidade de quem chega às fronteiras da verdade, quando ouvia referências sobre as origens africanas da retórica que remontavam ao Egipto Antigo. São demonstração plena disso os Ensinamentos de Ptah-Hotep e Kagemi, textos escritos cerca de três mil anos antes de Platão e Aristóteles, na Grécia, e Quintiliano, em Roma.

Nos Ensinamentos de Ptah-Hotep, lê-se o seguinte: “Se encontrares um oponente agressivo, um oponente agressivo, um homem de baixa condição social, aquele que não é igual a ti, não o assalte por força da sua humilde propriedade. Deixemo em paz e ele sentir-se-á perturbado. Não lhe responda para desabafar a tua frustração. Não alivie a tua raiva à custa do teu oponente”.

Ela confessou, logo no fim da primeira aula, a sua profunda satisfação por ter to-

mado conhecimento das tradições argumentativas africanas. Sobre esta matéria tinha lido livros que situam o período inicial da história da retórica na Grécia, a partir do século IV antes de Cristo. Compreendeu então que a Retórica não foi “inventada” nem “descoberta” em Siracusa ou Atenas.

Nos dias que se seguiram, a médica que frequentava o curso porque pretendia dedicar-se à docência, obteve referências bibliográficas de primeira ordem sobre a necessidade de revisão da narrativa tradicional sobre a “invenção da retórica”.

Nas sessões de avaliação final, ela foi chamada a fazer a apresentação da síntese do trabalho de grupo. A partir dos exemplos extraídos do nosso quotidiano, trouxe a debate um caso típico de refutação sofisticada. Disse-lhe que essa expressão era muito rebuscada para alguns dos nossos concidadãos. Seria melhor falar de falácias porque hoje é mais comum, quando se trata de abordar a problemática do diálogo argumentativo ou discussão crítica.

A médica mostrou que dominava a matéria e animava a turma. Ela aquecia o debate com as suas reflexões sobre uma das falácias informais que constitui violação da regra segundo a qual o ataque do ponto de vista contrário deve estar relacionado com o ponto de vista previamente formulado pelo oponente. Com essa falácia, acrescentava ela, atribui-se um ponto de vista falso ao oponente e as suas palavras

são postas fora do contexto.

Ela dizia que a sua reflexão permitiu chegar a algumas conclusões. Considerou que, de um modo geral, há muitos exemplos desse tipo de argumentos inválidos, invocados por diferentes “opinion makers” angolanos nos debates locais. Com os referidos argumentos desvirtua-se o ponto de vista do interlocutor como se de outra pessoa se tratasse. Cria-se um espantalho, um homem de palha. As suas proposições são distorcidas intencionalmente. Chega-se ao cúmulo da difamação. Inventa-se um outro tópico de conversa. É uma tática dos que não têm imaginação argumentativa.

Na verdade, trata-se de uma manobra perniciosa para os ambientes em que se faz a apologia da democracia porque aponta para a valorização da violência. A harmonia da argumentação é substituída pela truculência do comportamento verbal. É uma manobra argumentativa que não é benigna.

A elegância expositiva da médica ocorreu a partir do momento em que ilustrou o seu pensamento com recurso ao “Grande Livro de Provérbios Angolanos”. Um volume enciclopédico de provérbios em várias línguas nacionais, editado pela União dos Escritores Angolanos. E explicou por que razão considerava oportuno o recurso a esse património literário pouco valorizado. Não lhe tinha escapado a referência que nas primeiras aulas eu tinha feito à lógica argumentativa da tradição oral angolana e à argumentação

tribunícia do princípio do século XX cuja expressão máxima é o livro “Voz de Angola Clamando no Deserto”.

O propósito dela era descrever as manobras subjacentes a dois tipos de falácias, a falácia da diversão e a falácia “ad hominem”, com as quais se desvia ou dispersa a atenção do auditório, atacando-se a pessoa dos oponentes, mas não as suas ideias. Foi enunciando os provérbios no original com a respectiva tradução e interpretação em português. Estava em causa apenas a desconstrução de dois subtipos daquelas falácias, a falácia do espantalho ou homem de palha e a falácia da pista falsa. Tinha em suas mãos um trabalho digno de ser lido.

Quer a falácia do espantalho quer a falácia da pista falsa merecem ser estudadas no contexto angolano. Vou partilhar com o leitor apenas três provérbios que, além da sua eficácia contradiscursiva, oferecem recortes estéticos e filosóficos interessantes.

Contradiscorso para a falácia da pista falsa: “Okwāi ocileñgi, kayevite ondaka” (Quem segue apenas a melodia, não presta a atenção devida à frase que sustenta a opinião). Interpretação: Aquele que na discussão argumentativa concentra a atenção nos aspectos paralinguísticos em detrimento da dimensão semântico-pragmática, correrá o risco de violar a regra da relevância e do ponto de vista, podendo ser enganado por uma pista falsa.

Contradiscorso para a falácia do homem de palha: “Ciyakwata ngandu, kulundila mwele tapu” (O crocodilo é o predador, não se atribui a culpa ao proprietário do cais fluvial). Interpretação: Todo aquele que participa numa discussão argumentativa deve estar comprometido com o tema principal, afastando-se do que é acessório. É ilegítimo atacar ideias que não sejam sustentadas por provas internas fornecidas pelo discurso do oponente.

Contradiscorso para a falácia “ad hominem”: “Osikila uwu ocila, opopela uwu oyeva” (Toca-se um instrumento musical para quem dança e fala-se para quem ouve bem o que os outros dizem). Interpretação: A actividade argumentativa de quem fala deve ser sempre endereçada a um oponente de quem se espera um esforço sensorial equivalente. Do mesmo modo, o desempenho do músico exige um esforço acínésico de quem dança.

Efectivamente, pode dizer-se que, integrado no conjunto de falácias de diversão, a falácia do espantalho é uma manobra perigosa. Suporta uma argumentação fraca e inválida em virtude de estar ao serviço de fins perversos, recorrendo aos seguintes meios: distorção e uso do conteúdo distorcido; ataques difamatórios à pessoa do oponente para o desacreditar; minagem dos argumentos do oponente por testemunho de factos distorcidos e irrelevantes; vitimização do proponente; deslocação do foco para um diálogo fictício.

A ARTE DE ANTÓNIO TOMÁS ANA “ETONA”

Mandioca com ginguba e mãos no batente

Enormes peças de artesanato marcam as instalações onde funciona o atelier do artista plástico António Tomás Ana “Etona”, que se dedica à produção de obras de pintura e também de escultura

EDICÕES NOVEMBRO



Na entrada da Chicala, em Luanda, entre obras de escultura e pintura, trajando camisola branca, sem mangas, Etona passa orientações a um grupo de jovens, que mira, atentamente, um enorme tronco de árvore com alguns riscos, rigorosamente, traçados.

Numa das mãos, o artista tem um saco contendo ginguba e mandioca crua. O sol das 13 horas queima. Convida ao mergulho. A expectativa de uma boa almoçarada, um mufete de calafate, carapau ou lambula, regado com um bom vinho tinto, no conjunto de barracadas ao lado do atelier, fica gorada com as palavras proferidas pelo artista. “Este é o nosso dia-a-dia, mandioca com ginguba e mãos no batente. Sirvam-se, são nossos convidados.”

É ao sabor desses quitutes da terra que decorre a visita guiada ao recanto do artista, um espaço com dois grandes compartimentos, ornados com peças de escultura e quadros de pintura. Nota-se que ali está a sua alma. Isso é visível no seu semblante.

Etona explica que os jovens

com quem conversava, quando chegámos ao atelier, são seus assistentes e, naquele momento, trabalhavam na produção de uma nova peça de arte, uma escultura.

António Tomás Ana “Etona” domina as duas artes: a pintura e a escultura. “A pintura aprendi com o mestre João Luís de Almeida, o Luís Mulato, que me recebeu quando vim para Luanda; a escultura, aprendi com artesãos do Soyo.”

Há peças nos mais variados formatos e estilos, cada uma com um significado próprio. Acompanhando o nosso olhar, atraído por uma peça em particular, Etona explica: “o que vocês vêem nesta obra, por exemplo, é sofrimento.”

No domínio da escultura, retrato as situações da vida. Sempre que noto uma situação anómala na sociedade, fico como se estivesse concebido. Chego no atelier e faço um parto, resultado dessas situações.”

E em relação à pintura? Questionámos, apontando para um quadro exposto num dos compartimentos do atelier e que reflecte a imagem de

uma mulher e muitos detalhes de cores e estilos. “A pintura é sonho. É o registo de um sonho. Vou buscar aspectos bons ou maus e transporto-os para a tela.”

Etona considera essa atitude de recolha e posterior registo das situações como um momento filosófico. “A arte é esta filosofia, o diálogo permanente entre o que vemos e conseguimos analisar com sentido crítico e depois trazer o seu registo e aí viver-se dentro da razão do belo. Deixar para os outros também usufruirmos o que nós vivenciamos.”

Algumas obras estão acabadas e arrumadas, outras por concluir. Chama-nos atenção alguns detalhes mais ousados apresentados por determinadas peças. O artista explica que são obras feitas por encomenda. Outras estão a ser preparadas para uma exposição. “As peças para exposição não têm os mesmos detalhes das outras”, disse.

Nesse compartimento, bastante convidativo, do atelier ficámos para a conversa directa e ousada com o artista plástico António Tomás Ana “Etona”.

Por essa agressividade toda na arte dizem que é feiticeiro. É verdade?

Risos... É verdade que há pessoas que dizem que o Etona é feiticeiro.

Mas é ou não?

Não. Não sou. A verdade é que fui temperado pelo sol e pela chuva para ter essa agressividade que tenho e que me faz continuar a resistir na arte, na vida e na luta pelo bem da sociedade.

Como é que explica isso de ser temperado?

Com oito anos, andava na selva. Entrávamos nos bosques para caçar seixas, com redes de fibra de imbondeiro. Não havia, nem se podiam usar armas naquela altura. A PIDE e os jeeps da luta pela natureza entravam nos bairros e nas matas e perseguiram-nos. Sempre que ouvíssemos o rumor dos carros, corríamos até não poder mais. Largávamos pelo caminho os ratos que tínhamos caçado e espetávamos-nos nas matas, para não sermos apanhados. Esta forma de ser temperado, com o sol e a chuva – pois

sempre que chovesse, toda a carga se batia sobre nós e só nos secávamos quando o sol abrisse – deu-me a endurance que hoje tenho.

E onde é que entra a arte nisso?

É em tudo isso onde começa o processamento da arte.

O Etona consome drogas para buscar inspiração?

Risos... Muita gente não acredita que não faço uso de bebidas alcoólicas. Perguntam como pode ser possível ter a força que demonstro nas minhas criações e não me drogar.

Não mesmo?

Não. Não faço uso de bebidas alcoólicas e não tenho outros vícios. A minha droga é o sofrimento do povo, o sofrimento dos outros.

É possível viver somente da arte?

Apesar de haver graves situações, por não termos um mercado livre em termos de independência económica, é possível sim. Mas o problema que se põe não é o viver da arte na esperança

de que caia sempre uma moeda de uma obra de escultura ou de pintura.

Qual é então o problema?

Quem se distingue na arte filosófica, não pode pensar só no mercado da venda da obra da arte. Eu não sou apenas vendedor de obra de arte. Não quero ser. O que eu gostaria é que no mercado de arte de Angola estivesse contemplada uma lei que determinasse a defesa do angolano. Esse é o grande problema. Essa lei ainda não existe e o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente está longe de a encontrar. Esperamos que estas nossas alocações ajudem a criar algumas ideias junto da Presidência da República, que penso ser a entidade com poder para solucionar esses problemas. Sem isso, nada feito. Não é só viver da arte. Mas também sentir-se à vontade no mercado da arte.

Quais são as consequências dessa falta de independência?

Por não haver essa independência, hoje as pessoas se submetem a grupos onde

estão a ser exploradas. Esperamos que esse paradigma mude para justificar a nossa existência nos tempos de hoje.

Quais são em concreto os principais entraves para o artista?

São identificados. Primeiro, a socialização política dentro do conceito da arte. É preciso que o próprio político sinta o que é a arte e a cultura. Segundo, gostaria que se terminasse com as terminologias diferenciadoras.

Poderia especificar isso?

A palavra indigenato, por exemplo, surgida no século 19, ainda hoje é vigente e está a fazer sofrer os angolanos na sua origem, os autóctones. Se houver uma política de unificação e acabar-se com a diferenciação entre cidadãos indígena e administrativo, estaremos a resolver problemas que deveriam estar resolvidos desde 75.

O primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto, na sua visita à União dos Escritores Angolanos, disse que nenhuma cultura deveria ser submissa à outra. Era uma referência directa à cultura angolana que estava submetida à portuguesa.

Esta situação continua?

Depois da independência, 45 anos depois, será que Angola se libertou dessa submissão? Creio que não. O facto de não se assumir essa discussão, quer dizer que o discurso ainda está vivo, que deve merecer a atenção de quem dirige o país, para ver se saímos do marasmo em que nos encontramos.

Há dificuldades em abordar as entidades?

Não é fácil um indivíduo do indigenato ter acesso para falar com o Presidente da República, trazer um projecto que seja discutido junto das instâncias do país. Todos esses elementos acabam por emperrar a evolução social do angolano.

O Etona também está nessa condição?

O facto de ter a origem que tenho, por exemplo, de ser Bakongo, acaba por ser um empecilho até para assumir outros cargos. É preciso que

se tenha a noção e se aceite reconhecer que esse não é nenhum perigo. Eu não sou nenhum perigo, porque trabalho para os angolanos. Esta situação afecta no campo da formação e no do desenvolvimento da arte.

“Por não haver independência no mercado da arte de Angola, hoje as pessoas se submetem a grupos onde estão a ser exploradas”

Que outras situações condicionam o mercado da arte?

Sobrevive muito a partir de expatriados. Os angolanos da classe média e alta não compram arte. Muitos estão em igrejas evangélicas, para as quais uma obra de arte é considerada feitiço. Essas religiões têm sido um fosso muito grande para a destruição da mentalidade filosófica dos angolanos.

As instituições públicas nacionais, apesar de existirem rubricas nesse sentido, não compram obras de arte. São situações que deveriam vir à tona, serem discutidas a nível da imprensa e em palestras, mas não estão a ser discutidas. Acabamos por estar mais virados à teologia do que à filosofia. Estamos a remar ao contrário. A independência está na filosofia. É preciso ser culto para ser livre. Não estamos a lutar muito pela cultura. Estamos a lutar mais por aquilo que é trazido de fora, o sacrilégio espiritual, a profanação.

Os artistas angolanos não têm essa visão?

Os nossos artistas estão a agregar-se aos estrangeiros para ver se conseguem encontrar formas de sobrevivência. Estão a pensar nas suas barrigas.

E o Etona?

Por lutar pelos outros, estou a apanhar de todos os lados. Esquecem que o Etona está a lutar para a paz,

para a independência, para a liberdade. Nós ainda não nos consciencializamos. Mas, pronto, se o Etona morrer hoje, como o Viteix que também lutava para o efeito, virão outros. Não vamos sossegar.

Qual é o destino dado às suas obras?

Hoje, não posso falar mal do destino das minhas obras. Além da obra, em termos de artefactos, as minhas ideias também estão a ser estudadas. O Dr. Patrício Baticama, por exemplo, fez um estudo e positivou o Etonismo.

Que é o Etonismo?

O Etonismo é um pensamento filosófico baseada na essência e forma da obra plástica de Etona.

E essa ideia tem sido bem recebida?

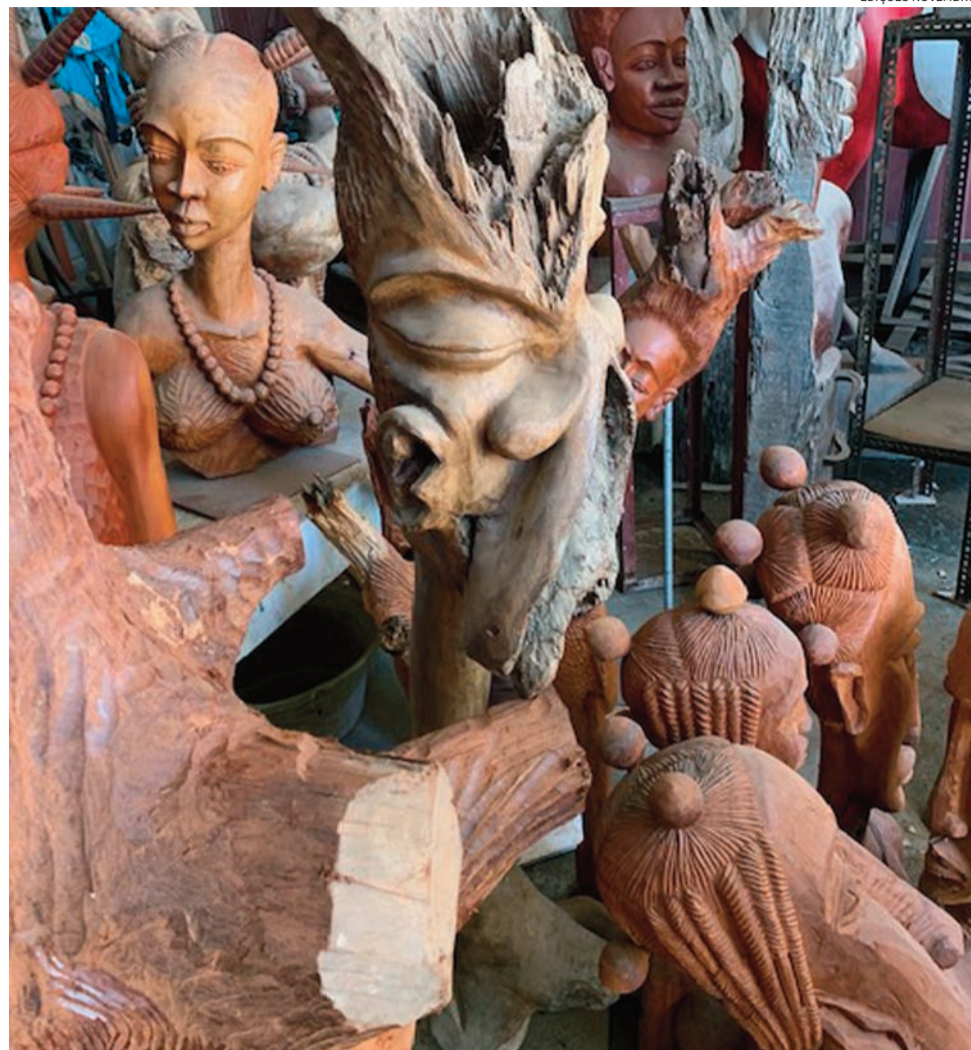
Quando se positiva uma ideia, nem sempre é bem recebida. Há, muitas vezes, até combates contra ela, como tem acontecido até hoje. A prova está bem patente. A escola de arte não se digna visitar o atelier onde o Etona trabalha, porque os professores são os primeiros a combaterem essa filosofia, este trabalho. E quando um discípulo está aqui, é injustiçado. Mas penso que quem vai fazer a justiça, um dia, será a natureza em si. Sinto pena de todos aqueles que lutam contra isso. A vida costuma a dar a resposta. Os que mataram Cristo hoje sentem a sua justiça. São os mesmos que ajoelham aos seus pés. O Etona está nessa direcção.

Como está organizado em termos administrativos?

Este é uma outra parte. Sempre lutei para me organizar e estruturar. Tenho assistentes, professores que estão a dar aulas num centro que tenho em Viana, no Zango 4. É um centro sem fins lucrativos para o ensino de cultura e arte. Depois, tenho aqui o atelier e os escritórios de apoio administrativo. Organizei-me como empresa.

Teve alguma dificuldade nesse capítulo?

Numa primeira fase, gastei muito dinheiro para construir um empreendimento, em Malanje, e conseguir algum lucro. Mas, depois de todo o



investimento feito, em 2013 surgiu a crise e acabei por ser comprimido. Hoje luto para me recompor e manter vivo. Fui obrigado a vender património para me manter, nada fácil porque o mercado angolano da arte não ajuda muito.

Qual a capacidade de produção de um atelier como esse?

Não é fácil encontrar um atelier com a administração organizada, com uma estrutura de uma sede de filosofia. Para chegar até aí, a cabeça tem de estar muito adstrita à filosofia, senão vai se ter uma oficina para fazer bonecos de arte, mas não será, nunca, um atelier de arte.

Qual é o reconhecimento que tem de todo esse trabalho?

Risos...Embora existam algumas barreiras, não podemos correr para os prémios.

Que barreiras?

O Etona nunca ganhou o Prê-

mio Nacional de Cultura e Arte, nunca ganhou o Prémio ENSA Arte e sempre que tenta concorrer é afastado, não é selecionado, porque dizem que não é artista.

O engraçado é que tenho reconhecimento internacional, graduações a nível mundial. Ter um word master entre as artes plásticas, pintura e escultura é um título que em África não existem muitos, mas está no mapa mundial dos mestres. Ter uma medalha de Primeiro Grau na Arte Civil, também não é fácil. Passar pela União Nacional dos Artistas Plásticos (UNAP), com terceiro mandato, também em termos de filantropia, tudo isso são graduações que devem ser respeitadas.

E não são respeitadas?

É preciso ter educação para respeitar esses graus. Sem educação e consciência intelectual elevada, não se chega até aí. Por isso, fico satisfeito. A justiça acaba sempre por se sobrepor à injustiça.

São quantos assistentes?

Tenho dois assistentes e dois discípulos.

Por que?

Há assistentes em qualquer atelier e em qualquer parte do mundo. Quando se chega a um certo nível, um artista acaba por ser um consultor. Se ficar um mês a escavar madeira, automaticamente se confina e já não será um artista. Não terá mais esse grau. O artista vive de sonhos, vai ao céu, buscar junto de Deus alguns projectos e traz à terra, mas não é ele mais que deve desenvolver em termos mecânicos. Põe as ideias no papel e entrega aos assistentes que executam. Ele faz, depois, a revisão técnica filosófica para depois apurar e chegar a uma obra. É como o compositor. Mas tudo depende do nível das pessoas com quem trabalha. Precisa de formá-las de forma adequada para não distorcerem a essência do que processa o artista.



EDIÇÕES NOVEMBRO

PERFIL

Quem é o Etona

O Etona é um indivíduo que vem do indigenato, do Soyo, província do Zaire, onde nasceu e viveu parte da infância, repartida, depois, entre o Nóqui (Zaire), Luanda e Benguela, seguindo, mais tarde, na idade adulta, para o Cuando Cubango, onde cumpriu o serviço militar obrigatório.

Qual o significado do seu nome?

O nome Etona significa bandeira, marca, força, potência, nódoa, distinção. Todos esses elementos entram em mim de forma espiritual, por terem muita relação com o momento em que nasci, um período muito conturbado.

Que período?

Nasci no dia 22 de Junho de 1961. As movimentações do início da luta armada estavam muito vivas.

Como se dá a saída do Soyo para Luanda?

Foi numa acção de guerrilha. Estava com 16 anos. O meu

irmão achou que se eu continuasse lá, não teria a possibilidade de estudar. A situação reinante, na altura, não permitia. Tínhamos de nos esconder, muitas vezes, nas matas para fugir da guerra e das rusgas. Vim para Luanda, para estudar e me distinguir na sociedade. Sou de uma família humilde e não havia quem a representasse, com grande visibilidade social. Então, vim para ser preparado para a vida.

E a ligação com a arte?

Em Luanda, instalei-me na Ilha do Cabo, onde encontrei o mestre João Luís de Almeida, o Luís Mulato, que tinha um atelier de pintura no Ponto Final. Cinco anos depois, fui entregar-me para o cumprimento do serviço militar obrigatório e destacaram-me no Cuito Cuanavale, Cuando Cubango, onde frequentei um curso de rádio retransmissor e fui colocado na área de Comunicações. Transferiram-me, depois, para as Operações, como Cartográfico, por ter o ofício das artes. Fiquei nas Operações da 16ª Brigada e, como sobrevivente, acabei por voltar para Luanda.

HISTORIADOR FERNANDO JONES BAMBI

“É gritante a falta de conhecimento sobre a resistência dos Jindembu”

Depois da licenciatura e mestrado em Ensino da História pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED), Fernando Jones Bambi acaba de concluir o seu doutoramento em Ciências Históricas pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Oriente, em Cuba. Na sua tese, aborda a resistência dos Jindembu à penetração portuguesa de 1872 a 1919. Trata-se de uma das resistências que mais desgostos provocaram aos portugueses durante as campanhas de penetração em África, que ocorrem em partes do Dembo, actual município do Bengo. Em entrevista ao *Jornal de Angola*, o historiador desfaz os mitos ainda persistentes. “Ficou registado na História como o mais sério desafio às pretensões coloniais portuguesas em Angola”, avança, lembrando que há uma lista de heróis que devem deixar de ser anónimos



Gaspar Micoló

Acabou de se doutorar em Ciências Históricas pela Universidade de Oriente (Cuba). A sua formação resultou de alguma parceria entre instituições cubanas e angolanas ou estudou com fundos próprios?

Seria desejável se a minha formação doutoral resultasse de uma parceria institucional, o que não aconteceu, pois a ida à República de Cuba, na companhia de outros três colegas, resultou de um convite formulado por um professor da Universidade de Oriente, que no âmbito da cooperação Angola e Cuba prestava serviço no nosso país. Embora fizesse parte

do plano previsional de formação pós-graduada da instituição pública onde estou vinculado, em Cuba estive na condição de estudante auto-financiado para mais tarde beneficiar de apoios de uma instituição privada, que sem o qual dificilmente terminaria a formação, dado o agudizar da crise que se seguiu a 2014.

Na sua tese, aborda a resistência dos Jindembu à penetração portuguesa de 1872 a 1919. Porque escolheu esse tema para o doutoramento?

A principal motivação para a escolha do tema resultou da necessidade de preencher as lacunas detectadas na historiografia, particular-

mente a angolana, onde o tema é pouco trabalhado, inclusive nas instituições de ensino superior. No quadro das lutas contra a penetração portuguesa protagonizadas pelos Jindembu derivou o tratado de paz que os portugueses tiveram de assinar em 1872, conhecido historicamente como a independência dos Jindembu, um facto histórico singular e de transcendental importância política e sócio-económica, para a história de Angola, mas pouco investigado e conhecido.

Entre 1913 e 1917, a região dos Jindembu é estável e dirige o seu destino, e até tolera a autoridade portuguesa presente nas

fortificações. O que esteve na base desta independência em relação a outras localidades do litoral?

As lutas nos Jindembu foram uma constante desde a chegada dos portugueses em seu território no decurso do século XVI. Todavia, em 1872 ocorreu nos Jindembu um levantamento generalizado por causa da cobrança de impostos, o que conduziu a grandes enfrentamentos militares com resultados desastrosos para os portugueses que tiveram de assinar um tratado de paz com os nativos que permitiu a retirada dos portugueses da região, o que ficou conhecido como a independência dos Jindembu que duraria

47 anos. Isso ficou registado na história como o mais sério desafio às pretensões coloniais portuguesas em Angola, ao destruir a ordem militar por meio da força e da diplomacia, ficando a região impenetrável para os portugueses, incluindo nativos que se vestiam à europeia.

E afinal essa independência termina em 1917...

Esta independência por ocorrer numa região próxima de Luanda era vista como uma autêntica vergonha para o prestígio dos portugueses, que decidem enviar para a região entre 1907 e 1913, as mais poderosas colunas militares lideradas por João de Almeida e David Magno, que

apesar de terem reconhecido a região, não foram capazes de submeter os povos. Logo, a relativa estabilidade, que se verifica no período 1913-1917, dá-se devido ao pouco espaço de manobra militar dos portugueses nos Jindembu. Não tinham efectivos suficientes e havia a necessidade de dedicar todas as suas forças para o Sul de Angola a fim de conter o avanço alemão, que aproveita as acções dos Ovawambo sob liderança de Mandume para assegurar a sua influência no Sul de Angola e Norte da Namíbia, acções ocorridas no contexto da Primeira Guerra Mundial. Daí que com a morte de Mandume e o fim da Grande Guerra o esforço português é todo direccionado para os Jindembu.

“Enfrentaram uma força muito superior

Como os Jindembu aguentaram a resistência à ocupação portuguesa, apesar da política de ocupação efectiva resultante da Conferência de Berlim?

Os homens dos Jindembu demonstraram ser hábeis guerreiros e defensores da soberania do seu povo, graças à sua astúcia e capacidade combativa que combinava a luta de guerrilha com os métodos da luta regular e igualmente de acolher no seu território todo ambundo que se sentisse farto da tutela portuguesa. Aproveitaram-se igualmente as condições geográficas locais na luta contra os seus invasores, assim como a utilização de uma combinação de outras tácticas não militares como as de ordem política/diplomática e sócio-económicas, que contribuíram para a estratégia da manutenção da sua soberania por largos anos, sendo dos últimos povos a serem submetidos e o seu território um dos mais ricos em fortins militares que simbolizam a sua resistência contra o opressor.



“Kakulo Kahenda, Ngombe Ya Mukiyama, Kazuangongo, entre outros, foram sujeitos da construção de uma história de heroísmo em todos ângulos e capaz de ser modelo para as novas gerações”

Na sua tese, como avaliou o fim da resistência em 1919, já que o capitão Ribeiro de Almeida, tinha na sua companhia africanos, que apenas transportavam o mínimo indispensável...

O fim da resistência dos Jindembu é associado a uma diversidade de factores, desde a falta de unidade entre os distintos chefes, à traição de muitos africanos que se transferiram para o lado português e as dificuldades para obter armamento e pólvora, uma das consequências das medidas implementadas por Norton de Matos, em 1913. Há ainda o sufoco pela massiva concentração de tropas que contra eles lançou Portugal; pois, Jindembu, ao ser dos últimos territórios que se mantiveram resistindo, teve que enfrentar uma força muito superior em homens e técnicas, das que Portugal havia utilizado noutras regiões.

É dos poucos a nível nacional a desenvolver ao mais alto nível de estudo a

temática sobre os Jindembu. Confirma ou não ser isso que notou quando fez o levantamento bibliográfico?

A resistência dos Jindembu é uma que apresenta inúmeros estudos, maioritariamente enquadrados na chamada historiografia colonial, que como se sabe é uma historiografia que se preocupa com a exaltação dos feitos de seus heróis, e que muitas das vezes apresentam os nativos como se fossem meros espectadores da sua história. Entretanto, no quadro da chamada historiografia renovadora, existem alguns estudos feitos que resultaram em artigos, monografias e dissertações produzidos por portugueses e brasileiros. Não encontramos qualquer estudo a nível de doutoramento, que possivelmente possa existir mas que não estava publicado ou disponível durante o período da nossa pesquisa. Outrossim, não é apenas na tese de doutoramento onde reside a relevância da nossa pesquisa, mas o facto de coordenar um projeto institucional de investigação científica designado RESIDEM (Resistência dos Dembos), que no período compreendido entre 2015 e 2019 produziu vinte e duas monografias por parte dos estudantes filiados no projecto, cujas linhas temáticas e os seus autores se encontram no anexo nº 18 da tese, assim como realizamos fóruns estudantis em Angola e publicámos em revistas indexadas e actas de eventos internacionais meia dezena de artigos que se julga ser um contributo, não só para a existência de um sistema integrado de conhecimentos históricos sobre essa resistência, como também para o enriquecimento do fundo bibliográfico da historiografia angolana.

Que factos sobre os Dembus ainda são desconhecidos ou distorcidos?

É gritante a falta de conhecimentos sobre a resistência dos Jindembu, não só pelo impacto que teve no governo colonial mas sobretudo pelo facto de a mesma situar-se numa restringida lista de resistências que mais desgostos provocaram aos portugueses durante as campanhas de penetração em África, a singularidade do seu processo de independência que contribuiu para a generalização das resistências a Norte, Centro, Sul e Leste de Angola, os instrumentos jurídicos produzidos pelos portugueses e que se repercutiram em toda Angola. Apesar da sua ocupação, o espírito de resistência do seu povo se manteve vivo com reflexos nas lutas que conduziram a independência em 1975. Estudar as resistências africanas particularmente as ocorridas em território angolano, requer um exercício crítico e de desconstrução de deter-

minados critérios e uma nova concepção da história diferente daquela que transmitiu uma visão pejorativa e prejudicial dos seus povos que em certa medida ainda perdura.



“As fontes da tradição oral em geral e particularmente da história oral dos Jindembu ocuparam um lugar de grande importância no processo de elaboração da tese”

Os aspectos distorcidos...

Vários aspectos podem ser apresentados como distorcidos, dentre os quais se pode mencionar o facto de se apresentar na literatura a resistência dos Jindembu como revolta ou acto de rebeldia. Os fingidos actos de vassalagem assinados por Jindembu não poderiam ser vistos como actos de sujeição à coroa portuguesa, pois eram meras tácticas de conservação do poder, logo, estes não poderiam revoltar-se ou rebelar-se, o que quer dizer que o conceito de revolta ou rebelião não se aplica para o período anterior à ocupação colonial. Por outro, as qualidades guerreiras dos Jindembu apenas são descritas ao exaltar as do seu vencedor. Kakulo Kahenda, Ngombe Ya Mukiyama, Kazuangongo entre outros, só vêem os seus nomes reconhecidos ao se reconhecer os heróis portugueses a exemplo de David Magno, João de Almeida e Ribeiro de Almeida, tão pouco se põe em consideração o valor deste povo que foi sujeito da construção de uma história de heroísmo em todos os ângulos e capaz de ser modelo para as novas gerações.

Além de bibliografia, pôde fazer recurso a fontes orais e documentos de arquivos?

É óbvio que para além das referências bibliográficas, que constituem o ponto de partida, um estudo com a dimensão de uma tese não poderia ter credibilidade se não se trabalhasse com as fontes primárias, sobretudo as documentais produzidas na época pelos comandantes militares que participaram das expedições, assim como as distintas correspondências trocadas entre Jindembu e as autoridades portuguesas estabelecidas em Luanda. Daí que foi de importância capital a consulta de documentos conservados nos fundos raros do Arquivo Na-

cional de Angola, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Ultramarino Português, Arquivo Militar Português, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Sociedade Geral de Geografia de Lisboa. Por seu turno, as fontes da tradição oral em geral e particularmente da história oral dos Jindembu ocuparam um lugar de grande importância no processo de elaboração da tese, na medida em que garantiu a visão interna de como esse povo se organizou sobre a

autoridade de seus líderes para enfrentar um inimigo melhor armado.

Pergunto isso porque grande parte dos trabalhos académicos, até mesmo ao nível de mestrado, recorre muito pouco às fontes primárias, aos arquivos e a fontes orais?

Provavelmente, a dificuldade reside no acesso a essa tipologia de fontes. No caso das fontes orais, uma das dificuldades que tem existido está relacionado com o facto de os informadores não se

expressarem em português e os pesquisadores, por sua vez, não dominarem as línguas locais, o que requer a presença de um tradutor. No caso específico das fontes documentais, uma delas pode estar relacionada ao facto de as fontes não estarem disponíveis ao público por razões políticas ou mau estado de conservação, principalmente quando o horizonte temporal de investigação for muito recuado, entretanto, cabe ao pesquisador encontrar formas para contornar tais dificuldades.



“História deveria ser ensinada em todos os níveis de ensino”

Que outros projectos de investigação tem em carteira?

Infelizmente, até ao momento, tudo foi feito com recursos próprios e, caso se consiga apoios, daremos continuidade ao projecto a fim de se trabalhar para publicar o valioso material que se encontra em nossa posse, assim como, tentar encontrar junto do Governo da Província do Bengo e do Ministério da Cultura, soluções que concorram para a retirada do anonimato e reconhecimento dos inúmeros patriotas e figuras históricas da região, assim como a inventaria-

ção, classificação e conservação dos monumentos e sítios que recordam a secular resistência deste povo, o que a acontecer, poderá contribuir para o fomento do turismo histórico-cultural.

O que acha que se pode fazer para estudarmos cada vez mais a nossa História?

A história é uma área do conhecimento que dispõe de um importante papel social, pois para além de olhar para o passado para encontrar as respostas do presente, ela ajuda a fomentar o sentimento de pertença, de identidade

nacional e permite saber a relação do homem com os seus pares, com a sociedade, com a natureza, com a tecnologia e as transformações que estas relações sofreram ao longo do tempo. Dada esta relevância, seria desejável que ela fosse ensinada em todos os níveis de ensino e em todos os cursos, pois não há nada que não tenha história ou que não esteja relacionado com ela. Por outro, seria desejável se os programas de história pudessem conter aspectos mais relacionados com a nossa realidade continental, regional e local.

MUNICÍPIO DO AMBRIZ COMPLETA 165 ANOS

Uma festa de muitas reflexões

Ambriz completou 165 anos. Não teve festa de arromba. Mas a data não foi esquecida. Serviu para reflexão sobre a situação social das suas populações e as principais carências do município

| EDIÇÕES NOVEMBRO



Pedro Bica | Ambriz

O município piscatório do Ambriz, província do Bengo, completou, em Maio, 165 anos desde a data da sua fundação. Mas não pode celebrar como sempre fez, com festas e muitas actividades, porque o momento não permite.

Apesar disso, a data não passou em branco. A população do município recebeu mensagens de felicitações e encorajamento das autoridades locais e do governo da província, além de outros incentivos.

A governadora do Bengo, Mara Quiosa, além das felicitações, garantiu melhorias nas condições sociais dos municípios, embora reconheça os enormes prejuízos económicos derivados da pandemia da Covid-19 que assola o país e o mundo.

Para que as populações obtenham essas melhorias no mais curto espaço de tempo terão, igualmente, de em-

penhar-se para ajudar o governo nessa empreitada.

“Juntos poderemos encontrar as soluções para os inúmeros desafios que temos pela frente, quer a nível do Ambriz, enquanto município, quer para toda a província do Bengo”, disse Mara Quiosa.

Sistema de captação

Uma das maiores necessidades que o município piscatório do Ambriz apresenta é de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável para as populações locais, conforme disse o administrador municipal, José Domingos Munginga, porque o que possui actualmente ainda é do tempo colonial.

Electrificação

Outra grande preocupação prende-se com a eletrificação das comunas do Tabi e da Bela-Vista, pois o projecto do Ciclo Combinado do Soyo permitiu apenas electrificar a sede municipal.

Saúde

O sector da saúde conta com 12 unidades sanitárias e a maior dificuldade reside na falta de enfermeiros e medicamentos essenciais.

A região conta com apenas três médicos e 42 enfermeiros, número insuficiente para os 20 mil habitantes da circunscrição.

Precisa-se de mais médicos nas especialidades de clínica geral, pediatria e ginecologia.

O único hospital municipal é assegurado por quatro médicos e 16 enfermeiros e o Banco de Urgências recebe, em média, trinta pacientes por dia, sendo a malária, as doenças respiratórias agudas, diarreicas e os traumatismos por acidentes rodoviários as enfermidades mais frequentes.

O hospital gere uma verba mensal de 12 milhões de kwanzas, com a qual compra remédios, garante alimentação aos internados e a limpeza dos compartimentos.

Educação

O Município do Ambriz possui 22 escolas, correspondentes a 129 salas de aulas, que dão suporte aos três níveis de ensino (pré-escolar, primário e secundário). Para o presente ano lectivo, estão matriculados mais de 8.000 alunos.

Um total de 278 professores, que leccionam da iniciação à décima classe, garantem o normal funcionamento do sector que, ainda assim, clama por mais professores e a juventude, pela implementação do ensino superior.

Origem dos povos

Reza a história que a população do Ambriz é descendente de Kongo-Dia-Ntotela, actual Mbanza Congo.

No ano de 1824, o Governador de Angola determinava a ocupação do Ambriz e a foz do Rio Zaíre, por parte das forças e autoridades portuguesas, com o pretexto de acabar com o tráfico de escravos

que se fazia em larga escala a partir desse território.

A região existe desde antes da ocupação de Angola por parte das forças estrangeiras, sobretudo portuguesas. Era constituída por sete pequenos reinos e o responsável ostentava o título de Nfumua-Ntoto ou Dembo, com a subordinação direta ao Rei do Kongo e a eleição era feita por regime consanguíneo.

A Vila do Ambriz ascendeu a categoria de Distrito em 1855 e compreendia os concelhos do Ngoge (Bembe) e o Comando do Kongo (Posto Militar de São Salvador).

Os reinados, na altura, eram o reino de Nkolo Yo Nymy, Nsulu, Nsonso, Nené Capita, Pambala Longua, Nsanzu a Kalunga e da Makiassa Ma Mbambi.

História

O edifício da antiga câmara municipal do Ambriz, de um só piso, é um dos locais históricos da região. Tem na parte central da fachada uma

torre de 4 pisos, que lhe dá uma característica particular. A sua construção foi terminada em 1906.

Outro local de interesse histórico é a conhecida Casa da Escravatura. Muito antes foi Paiol, local em que os Holandeses armazenavam a pólvora, munições e explosivos. Mais tarde, serviu de local de trânsito para o comércio e tráfico de escravos para o Brasil e outras paragens.

A Casa da Escravatura foi construída por volta do século XIX – 1868, e classificada como Património Nacional, através do Despacho nº46, de 10 Novembro de 1993.

Turismo

O turismo é feito nas praias dos Pescadores, do Kinfuka, do Kapulo, do Yembe e do Tabi, nas Cascatas do Loge Grande (Quedas do Valawa), na Pedra Mariana e nas Rochas sedimentares da Bela Vista.

IGREJAS REABREM NA QUARTA-FEIRA

Gerir as emoções no retorno aos cultos

Ansiedade na perspectiva do encontro com Deus nos locais de culto e o temor de eventuais contaminações, são sentimentos que se digladiam nas almas dos crentes, a poucas horas do regresso às missas e cultos. Os fiéis estão ávidos pela retoma do encontro com Deus nas suas igrejas, nos seus templos, nas suas mesquitas. Mas tem de haver cautela, a abertura não é o fim da pandemia da Covid-19

António Capapa

Gerir emoções, no regresso ao encontro com Deus nas igrejas, é visto pela funcionária pública Eulália Vitória como uma grande prova na luta para a mitigação da Covid-19. Ela teme que não se consiga gerir a ansiedade dos fiéis nos primeiros dias. Para Eulália, devia-se continuar com as missas televisivas ou através das redes sociais.

O temor da fiel reside no facto de o comportamento das pessoas nem sempre ser o mais correcto, porquanto “mesmo estando na igreja manifestam rebeldia e o espírito de desobediência”.

Segundo Eulália Vitória “é complicado, nada é fácil”, quando se nota o aumento dos casos de contágio pelo novo coronavírus.

A funcionária pública já olha para a reabertura das igrejas como uma decisão pouco aconselhável por esta altura, tendo em conta o facto das pessoas “gostarem de furar em tudo”.

Apesar de reconhecer a fome de Deus, que a maioria dos fiéis acredita que só será saciada em missas ou em cultos, Eulália Vitória afirma “não ser preciso correr tanto assim”. “Desde que o mundo é mundo, sempre houve igrejas e todo mundo sempre rezou. As pessoas começaram em casa com as famílias, depois é que fomos para as igrejas. Por essa razão, não precisamos de correr”.

Para ela, faz sentido o pensamento de algumas pessoas segundo o qual “há líderes religiosos que já não estão a esconder a vontade de receberem dinheiro dos fiéis”.

Conquanto considere normal o receio da sociedade quanto a retoma dos cultos, o reverendo Alberto Cambuembue, da Igreja Evangélica Universal de Luanda, afirma que “não se pode ver a igreja como um lugar de propagação da pandemia, mas de solução”.

O líder religioso reconhece o quanto o homem é emocionado, o quanto a alma é entusiasta, mas diz acreditar no fruto da sensibilização diária, na colaboração dos fiéis que respeitam a sua vida e a da sua família.

O reverendo Cambuembue apegar-se à Carta de São Paulo aos Romanos, para fundar a sua tese de que a igreja é o lugar de maior racionalidade, é parceira do Estado e não deve deixar-

lhe caminhar sozinho. A igreja, segundo disse, não deve esconder-se na luta contra a pandemia da Covid-19.

“Sou defensor de que a igreja deve estar no combate a Covid-19 e não somente nos confinarmos nas nossas casas”, refere.

Em relação à prevenção, Alberto Cambuembue toma de empréstimo a passagem bíblica da Primeira Carta de São Paulo a Timóteo, capítulo cinco, versículo oito, para esclarecer que “a fé é aquela que cuida do próximo e da família”.

“Estamos num momento em que somos surpreendidos pela negatividade da Covid-19, quenos pressiona. Logo, o momento é de exigência. E a exigência que temos é a racionalidade e o cuidado para com a sociedade”, reitera o reverendo Cambuembue.

Ao nível da Igreja Evangélica Unida Anglicana, segundo a reverenda Filomena

Teta, tem havido, igualmente, um trabalho de sensibilização junto dos fiéis, tendo em conta a sua ansiedade, já que “os anglicanos foram acostumados a uma cultura de missa presencial”, manifestando alguma inconformidade em relação às missas *online* que têm sido realizadas para que não lhes falte a palavra de Deus.

Considerando os possíveis perigos que podem advir do uso dos transportes públicos, a Igreja Anglicana socorreu-se da estatística para dividir os seus fiéis de modo a estarem mais próximos das zonas de residência, facilitando a sua locomoção, evitando recorrer aos transportes públicos, onde, segundo Filomena Teta, “está o maior perigo”.

A igreja decidiu pela transferência entre as paróquias e está a dar a possibilidade de cada membro escolher a melhor hora para participar da missa.

A reverenda Filomena

Teta assegura que estão preparados para contrapor eventuais facilidades que alguns fiéis quererão ter, ou seja, entrar na igreja mesmo já não havendo lugar disponível.

Filomena Teta diz que com a presença dos guardiões da igreja não acredita que se promova a desordem, já que os membros estão orientados à obediência ao corpo de Cristo.

“Estamos preparados com os nossos guardiões e procuraremos clarificar que essa facilitação pode vir prejudicar primeiro quem vai dar facilidades e depois todos os outros”, sublinha Filomena Teta.

Contenção e fiscalização

O sociólogo Vidal Machado acredita que os fiéis estão ávidos pela retoma do encontro com Deus nas suas igrejas, nas mesquitas, nos seus templos, um desejo que, no seu entender, deve ser concretizado com cautela

e “mediante um domínio total, porquanto a abertura dos cultos não significa já o fim da pandemia, pelo contrário, ainda não se está nem ao meio, nem no fim do controlo desse mal que afecta totalmente a humanidade”. Por essa razão,

Vidal Machado chama a atenção para a responsabilidade individual de cada fiel, de cada membro, de cada líder, para se prevenir a propagação da doença.

O sociólogo entende que para isso é importante que haja o domínio emocional, do lugar de culto, das regras sanitárias e evitar-se a anarquia e a desobediência.

Conhecedor das mais variadas manifestações espirituais, Vidal Machado defende a contenção de alguns ritos de adoração que levem os fiéis ao êxtase e ponham em causa as medidas de distanciamento físico e outras necessárias para impedir a transmissão

do novo coronavírus.

Fiscalização é o que defende o psicólogo Carlinhos Zassala, que sugere que não se deve descurar da mesma, sob o risco de se registar o pior.

“É bom que o sistema de fiscalização funcione mesmo, para verificar se as igrejas têm condições. Caso não tenham, não as autorizar”.

Se a fiscalização não for efectiva, se não for eficiente, “as consequências podem ser alarmantes”, alerta Carlinhos Zassala.

O psicólogo apela aos fiéis a terem um espírito crítico, a olharem para a experiência de outros países onde se registaram casos de contágios com a reabertura das igrejas.

Para Carlinhos Zassala a fé é, primeiramente, uma questão individual, razão por que os fiéis que vão às igrejas devem ser prudentes, e, principalmente, manifestarem o espírito de responsabilidade.

| EDIÇÕES NOVEMBRO





O DILEMA DE ABRIR OU NÃO AS ESCOLAS

As aulas dos nossos petizes

No cenário onde se desenvolve a mortal batalha mundial contra a Covid-19 multiplicam-se episódios dignos do olhar atento da câmara jornalística e dos espectadores debaixo da bananeira, no sofá ou no imbróglia das vítimas

Pombal Maria

Nalguns recantos das quatro paredes do mundo mudam-se cenários, episódios cada vez mais estrondosos, no hemisfério Sul e na América do Norte e mesmo no Velho Continente. Avanços e recuos como nas famosas batalhas de Kifangondo, Cuito Cuanavale, Mavinga e outras que assinalam a história recente de Angola. Longe do seu fim, a guerra mundial contra o monstro invisível conquista cada vez mais o olhar eletrizante da comunicação social moderna e de empresas de marketing social, com a sua teia digital espalhada pelos cantos e recantos do planeta água, mas que todos chamam planeta terra.

Desde os semelhantes de Adão e Eva acomodados nos arranha-céus de Nova Iorque, Londres, Paris aos incómodos sobreviventes, fobados, dos guetos de Luanda, Johannesburg, Kinshasa, Yamousoukro e outras capitais, a informação chega quente, em primeira mão, sem se perceber o distanciamento geográfico, do primeiro ao coração do terceiro mundo.

Alguns países com outro pedalar de desenvolvimento mostraram, ao resto do planeta, que terão vencido o fantasma do medo, quebran-

do algum confinamento, com início das aulas, abertura de restaurantes, fábricas, transportes públicos e outros serviços indispensáveis ao barco do desenvolvimento humano. A verdade não tardou, o adversário do momento não abandonou sua resiliência. E foi, exactamente no abrir das salas de aulas, no lugar dos homens do amanhã, herdeiros do planeta, onde os golpes mais dolentes se verificaram. A imprensa não deixou de espalhar palavras por todos os recantos, chamando atenção aos mandachuvas destes países e do mundo. Em França, terra de Jean-Paul Sartre, as salas de aulas abriram e 79 novas infecções levaram a fechar as portas com a velocidade de um vendaval. Nos Camarões, 492 novas infecções levaram a seguir o exemplo do ex-colonizador - as crianças voltaram a casa - enquanto isso, na África do Sul, terra do Arco-Íris, os alunos deveriam sentar-se nas carteiras no Dia Mundial da Criança, mas a ministra da Educação colocou um travão, assumiu não haver as premissas necessárias. Na Coreia do Sul, 500 escolas trancaram as portas. Diante desta informação que se espalhava na teia da mídia mundial, o mundo acabou despertando

como canguru, olhando para a paisagem humana, num globo pasmado e titubeante, não se sabe bem se o fantasma do medo voltou ao Ocidente e demais países, ou se é puro reflexo dos efeitos da nova guerra mundial. Mas tal como a fonte de água é pura como a verdade, o mundo caminha ainda titubeante nos nossos dias.

Em Angola, terra do basquetball africano, os pronunciamentos de altas figuras dos órgãos do Estado ligadas ao ensino deixam sem palavras a Associação Angolana do Ensino Privado, expectante quanto ao início das aulas. No terceiro mês do corrente ano, esta associação conseguiu uma vibrante proeza. Proeza essa transformada em profunda dor de cabeça para os encarregados de educação. Os 60 por cento a pagar aos colégios por parte dos encarregados de educação deixaram meio mundo estatelado. Esse resultado tem o sabor de uma forte campanha de advocacia exercida por este organismo associativo, que começa a ver caído na lama o troféu. Os encarregados de educação, cada vez mais paupérrimos, que outrora imitavam os lábios dos suínos ao resmungar a medida assinada com bom pulso, começam a desenhar

um sorriso brilhante no rosto cansado e indefeso. Neste quadro meio aterrorizador, enquanto a decisão final não conhece a assinatura, a despeito do início ou não das aulas em Angola, os encarregados de educação apenas oram para que o mal não aconteça. O teatro observado noutros países pode servir de exemplo para quem olha para o espelho e vê o seu próprio rosto.

Várias correntes de opinião ocupam o espaço de antena da imprensa local, também organismos privados ligados ao ensino, em tempo oportuno, fazem ouvir o seu silêncio, o famoso silêncio de ouro. Realmente as aulas podem não iniciar na data prevista, e novamente, haver adiamento para mais um ou dois meses. Corre-se o risco de chegarmos ao ponto de dobrar o ano lectivo e o jogarmos ao mar como um papel que se perde a meio da batalha. Os motivos estão já devidamente justificados, caberá à história assinar a memória. A acontecer, os colégios poderão entrar em chamas. Bombeiros não faltarão. Os mestres já têm os contratos assinados, não existem planos para mitigar crises do género nestas instituições escolares, os bolsos do Governo estão meio rotos. Os

docentes, com justa razão, vão exigir o preço do suor do rosto, o salário. Até porque desde que começou o confinamento social, muitos ainda não sentiram o fundo do bolso. Todos os cenários são possíveis para subir no muro do horizonte e observar, com binóculos, o amanhã. Nesta caminhada, mais um abanão na árvore da vida onde o impacto negativo dos ventos da Covid-19 desenha os nossos dias.

Enquanto isso, os laboratórios ganham pernas e correm contra o tempo à procura do antídoto. Associado a estes, os gigantes grupos farmacêuticos, monstruosas empresas do ramo, tentam encontrar a tábua de salvação para o resgate do mundo de Noé. As soluções tradicionais do hemisfério Sul são ignoradas, num gesto característico do cinismo ocidental, embora no silêncio da noite os seus cabeçudos façam grandes cábulas dos nossos curandeiros. Para eles a espionagem industrial não basta, o conhecimento das comunidades do outro mundo é um recurso a ter em conta e a não reconhecer imediatamente.

O famoso Chá de Madagascar dá o seu show, os demais produtos naturais da medicina angolana, congo-

lesa, enfim, africana, não deixam de estar no menu da produção a oferecer soluções aos mais cínicos laboratórios mundiais. Foi com eles que as comunidades maltratadas no pesadelo da história da humanidade sempre curaram as suas patologias.

Aqui, neste pedaço de África, onde as importações levantam o gigante de barro adormecido em jazigos de ouro e diamantes, não temos laboratórios para a corrida ao mesmo nível que do primeiro mundo, vontade não falta, as estratégias de prevenção estão a assustar os mais desenvolvidos. As expectativas aterrorizadoras da OMS começam a ser vencidas.

Mas, enquanto a maré não transborda, a pulga na orelha do grande povão é saber se os alunos voltam às salas de aulas ou não. Vontade para que estes se sentem diante do mestre não falta. De várias formas, os mais interessados no conhecimento dos infantes são os próprios progenitores. Enquanto o lobo não vem, vamos continuar nas nossas trincheiras, nossas casas, usar a saudação que meu pai considerava de jovens traquinados, para não falar de bandidos, e cumprirmos com todas as medidas de prevenção.

Que haja rigor...